

CÂMARA LEGISLATIVA

Parlamentares aprovam CPI das Fitas, mas adiam escolha dos integrantes da comissão. Sessão terminou com gritaria entre os deputados. Corregedor tentou impedir à força que bancada de oposição ouvisse gravação proibida pela Justiça

CORREIO BRAZILIENSE

Bate-boca no plenário

Paola Lima

Da equipe do Correio

Animos exaltados marcaram a primeira sessão na Câmara Legislativa depois das eleições. Os governistas lotaram o plenário para aprovar a instalação da CPI das Fitas, que investigará o envolvimento de políticos do governo e da oposição em parcelamentos irregulares de terra. E desapareceram logo depois. Mas, antes do encerramento da sessão, o corregedor da Câmara, deputado distrital João de Deus (PPB), protagonizou a cena que refletiu o clima tenso que pairava entre os parlamentares.

Para evitar que a oposição ouvisse, no plenário, a gravação da conversa entre o governador Joaquim Roriz (PMDB) e o empresário Pedro Passos, João de Deus bateu boca, berrou e quase usou de violência. Precisou ser contido pelos seguranças da Câmara. O incidente terminou com a bancada governista retirando-se do plenário e a sessão foi oficialmente encerrada.

A discussão começou quando os deputados de esquerda decidiram mostrar aos presentes — visitantes na galeria, assessores e imprensa — a conversa telefônica do governador. Contrariando a decisão judicial que proíbe a divulgação do telefonema, eles executaram a gravação em um aparelho de som portátil, conseguido pela assessoria.

Indignados com a iniciativa dos adversários, os governistas reclamaram. João de Deus, que presidia a sessão, resolveu acabar pessoalmente com a audi-

Fotos: Nehil Hamilton



DEPUTADOS DE OPOSIÇÃO OUVEM NO PLENÁRIO GRAVAÇÃO, PROIBIDA PELA JUSTIÇA, DE CONVERSAS TELEFÔNICAS ENTRE PEDRO PASSOS E O GOVERNADOR RORIZ

ção. Suspendeu a sessão por dois minutos e arrancou, da tomada, o fio que ligava o aparelho de som. “Vocês precisam respeitar o regimento, estamos no meio de uma sessão”, protestou.

A violência revoltou os opositores. A deputada distrital Maria José Maninha (PT) enfrentou o colega. “Você acabou de suspender a sessão, então não há problema em ouvirmos o CD”, argumentou. Irritado, João de Deus ameaçou: “se vocês li-

garem de novo, eu quebro isso aqui na sua cabeça”.

EMPURRÕES

Obate-boca ainda rendeu alguns empurrões entre os deputados até os seguranças agirem. Mais calmo, João de Deus voltou à mesa, mas levou com ele o fio do aparelho de som. A bancada de esquerda precisou pegar emprestado um novo fio, com assessores, para

continuar a reprodução da fita.

A sessão encerrada com briga, começou morna. Os deputados governistas compareceram ao plenário apenas para aprovar a abertura da CPI das Fitas. Sem discursar, votaram o requerimento antes mesmo da chegada da bancada de oposição que, em protesto, só apareceu no plenário depois da CPI aprovada. O próprio presidente da Câmara, Gim Argello (PMDB), conduziu a sessão somente durante a votação. Logo

depois, retirou-se do plenário.

Com a abertura da CPI, os parlamentares atendem a mais um pedido do governador Joaquim Roriz (PMDB). Preocupado com a eleição, Roriz quer convencer os eleitores de que defende a apuração das denúncias contra seu governo.

Por enquanto, a CPI ficou apenas na aprovação. A disposição em apurar os fatos não foi suficiente para que os deputados nomeassem os membros da comis-

Notícia-crime contra Magela

O deputado federal Tadeu Filippelli (PMDB) e deputados distritais governistas protocolaram ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia crime contra o deputado federal Geraldo Magela, candidato do PT ao GDF. Eles querem que o petista seja investigado por corrupção passiva. A acusação baseia-se na denúncia de que um assessor de Magela foi contratado em 1997 pelo condomínio Alto da Boa Vista para ajudar na regularização do loteamento. Para os governistas, Magela teria usado de sua posição política, como presidente da Câmara e depois como secretário de Habitação, para recomendar a contratação do assessor, com quem trabalhou até dezembro de 1996. O candidato petista garante não ter ligação com a contratação do ex-assessor. E entrou ontem com uma ação no Tribunal de Justiça do DF por calúnia e difamação contra o empreendedor do condomínio, que denunciou o caso.

são. Mesmo com 23 parlamentares no plenário, eles preferiram adiar a escolha para hoje. “Isso é uma prova de que tudo é apenas um jogo de cena”, acusou o petista Paulo Tadeu, escolhido do seu partido para compor a CPI.

Pelo regimento da Câmara, as cinco vagas da comissão parlamentar vão ser distribuídas entre o PMDB, PTB, PSD, PSDB e PT. Os líderes dos partidos têm até às 15h de hoje para indicar os parlamentares.